

EMPRESAS PRECISAM DE AGÊNCIA DE FINANCIAMENTO PARA APOIO À INTERNACIONALIZAÇÃO

PPA PROMOVEU INQUÉRITO PARA APURAR AS MAIORES DIFICULDADES QUE ENFRENTAM AS EMPRESAS PORTUGUESAS NOS PROCESSOS DE INTERNACIONALIZAÇÃO.



O MERCADO DAS MULTILATERAIS ESTÁ SUBJACENTE A CERCA DE 30% DA ATIVIDADE INTERNACIONAL DAS EMPRESAS

A criação de uma “agência de financiamento bilateral para o desenvolvimento” seria uma boa ferramenta para colmatar algumas das dificuldades que sentem as empresas portuguesas do setor da água, que já desenvolvem grande parte da sua atividade no exterior. Quem o defende é o administrador da Parceria Portuguesa para a Água (PPA), Fernando Ferreira, que é também Diretor-Geral da EFACEC. “As empresas portuguesas nos mercados internacionais lutam em concorrência com outras empresas de outras economias mais pujantes e com instrumentos próprios de apoio, que favorecem a sua competitividade. Temos de conseguir mais ferramentas que nos ajudem, por exemplo, a minorar os custos financeiros da nossa presença nos mercados”, explicou em declarações ao *Água&Ambiente na Hora*.

A criação desta agência é uma das sugestões que deixa depois de conhecer as conclusões de um inquérito realizado pela PPA, apresentado no final de janeiro, em que se apuraram as maiores dificuldades

que enfrentam as empresas portuguesas nos processos de internacionalização. De acordo com o inquérito, a obtenção de garantias bancárias, bem como o *cash flow* dos projetos, por exemplo, “afasta muitas vezes as empresas portuguesas dos mercados, já para não falar das exigências curriculares muito ligadas à experiência numa realidade de pequeno País”, analisa Fernando Ferreira. “Se a capacidade técnica das nossas empresas é reconhecida internacionalmente, como se constata pelas diversas missões técnicas que aqui recebemos, e que ficam admiradas pela qualidade dos investimentos que fizemos nos últimos vinte anos no setor das infraestruturas da água, o tal ‘milagre português’, faltam-nos depois melhores ferramentas que nos permitam operacionalizar e competir com sucesso”, lamenta.

Fernando Ferreira ressalva no entanto que alguns passos já vão sendo dados, nomeadamente através de entidades como o Instituto Camões para a Cooperação Portuguesa, ou a Instituição Financeira de

Desenvolvimento como Banco de Fomento. “A Coseq [companhia de seguros de créditos], como respaldo, através do Estado, de seguros para minorar o risco comercial das nossas operações internacionais, é cada vez mais um parceiro fundamental nos mercados. Há também bastante expectativa no recente programa Internacionalizar, aprovado no final do ano passado. Mas ainda estamos muito aquém das ‘vantagens’ de muitos dos nossos concorrentes internacionais”, alerta. Mesmo que os projetos internacionais sejam bem preparados, as empresas portuguesas podem enfrentar lá fora impon-

deráveis difíceis de prever. Daí uma outra sugestão de se encontrar um espaço onde, através de “uma representação portuguesa nos mercados, se possa encaminhar as empresas e ajudá-las na resolução de conflitos, direito do trabalho ou fiscalidade, que são áreas onde podem existir problemas de muito difícil resolução”.

O estudo revela que o mercado das multilaterais, organismos de apoio ao desenvolvimento, está subjacente a cerca de 30% da atividade internacional das empresas. O Banco Mundial e o Banco Africano de Desenvolvimento são as instituições mais envolvidas nos projetos.

Apenas um terço das empresas tem uma interação “frequente e importante” com a AICEP – Agência para o Investimento e Comércio Externo de Portugal. Globalmente, a rede de diplomacia económica afigura-se “explorada ainda aquém do seu potencial”.

ANA SANTIAGO

EM ÁFRICA MAS DE OLHOS POSTOS NAS AMÉRICAS

As empresas portuguesas do setor da água que desenvolvem atividade além-fronteiras estão a trabalhar sobretudo em países africanos, como Angola, Moçambique e Argélia, segundo o inquérito da PPA. Estes são também os três mercados onde as empresas encontram maiores dificuldades na execução dos contratos. Os constrangimentos são sobretudo financeiros e prendem-se com atrasos nos pagamentos, barreiras à transferência de divisas e instabilidade cambial. Apesar de terem arreado caminho na internacionalização, sobretudo em terras africanas, estas empresas olham com interesse para os mercados do Golfo Pérsico e Américas, e até mesmo para o Norte da Europa, regiões onde pretendem vir a fazer negócio. Além de Angola, que continua a ser uma geografia apetecível e onde já desenvolvem trabalho muitas empresas, as empresas mostram-se particularmente interessadas nas oportunidades que surgem nos Emirados Árabes Unidos, no Golfo Pérsico.

Manifestam ainda a intenção de explorar o potencial da Américas. Brasil, Peru, México e Colômbia estão na mira destes empresários. No Norte da Europa, o Reino Unido também chama a atenção, tal como outros países africanos, caso de Marrocos, Costa do Marfim e Cabo Verde, ainda que em menor grau.

O diretor executivo da PPA, João Simão Pires, confessa que o surpreendeu o fraco peso do Brasil nos negócios das empresas dada a dimensão do país, embora se conheça os níveis de protecionismo naquele país, admite.

Segundo o inquérito, cerca de 40% das empresas têm uma atividade internacional dominante a representar mais de 60% do volume de negócios global, destaca ainda. O inquérito, realizado entre agosto e setembro de 2017, contou com o envolvimento de associações e 50 empresas. A maioria centra a sua atividade internacional no domínio da prestação de serviços, nomeadamente consultoria, projetos de engenharia, e fiscalização.

PLANOS DE CONTINGÊNCIA PARA A SECA PRONTOS NO FINAL DE 2018

SERÁ FEITO UM INVENTÁRIO DE ORIGENS DE ÁGUA UTILIZADAS ANTES DA CRIAÇÃO DOS ATUAIS SISTEMAS DE ABASTECIMENTO DE ÁGUA ÀS POPULAÇÕES.

Os planos de contingência para fazer face a situações de seca, como a que se verificou em 2017, vão ser elaborados pela Agência Portuguesa do Ambiente (APA) em colaboração com as cinco Administrações de Região Hidrográfica (ARH), e entregues até 31 de dezembro de 2018, revelou ao *Água&Ambiente na Hora* o secretário de Estado do Ambiente, Carlos Martins.

Uma das peças destes planos de contingência para a seca será um inventário dos

sistemas semipúblicos, que correspondem a origens de água utilizadas antes dos atuais sistemas de abastecimento de água às populações. “Queremos recuperá-los com ramais de eletricidade, com controlo de qualidade e equipamentos eletromecânicos, para que possam suprir alguma necessidade ou complementar outros recursos quando deles necessitarmos”, anunciou o governante, durante a apresentação do Relatório do Estado do Ambiente de 2017, no final de

janeiro. “A seca de 2017 levou-nos a pensar que às vezes em outubro pode não chover e a situação pode agravar-se”, exemplificou. O Relatório do Estado do Ambiente de 2017 engloba oito domínios ambientais e 51 fichas temáticas. A seca corresponde a um desses subtemas que consta do dossiê dos “Riscos Ambientais”.

O relatório indica que, no último dia de setembro de 2017, final do ano hidrológico 2016/2017, 88% do território nacional

estava em situação de seca meteorológica severa ou extrema. É o segundo valor mais elevado depois dos 97% atingidos em 2005. Em termos de monitorização da seca hidrológica, na mesma data, das 60 albufeiras monitorizadas, três apresentavam disponibilidades hídricas superiores a 80% do volume total, e 23 tinham disponibilidades inferiores a 40% do volume total.

Já os níveis de águas subterrâneas registados eram significativamente inferiores aos valores médios mensais da série histórica, observando-se inclusivamente valores inferiores ao percentil 20 em diversas massas de água.

A. S.